

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ CASA DE OSWALDO CRUZ

Marco Menezes
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – O tempo presente na Fiocruz: ciência e saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19

Entrevistado – Marco Antônio Carneiro Menezes (MM)

Entrevistadores – Simone Petraglia Kropf (SK), Thiago da Costa Lopes (TL)

Data – 16/02/2022

Formato da gravação – Entrevista remota realizada via Zoom

Duração – 2h12min

Responsável pela transcrição e sumário – Beatriz Feffermann Darin

Responsável pela conferência de fidelidade – Alessandra Lima da Silva

Responsável pelo copidesque – Sérgio Ribeiro de Almeida Marcondes

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

MENEZES, Marco. *Marco Antônio Carneiro Menezes. Entrevista de história oral concedida em fevereiro de 2022 ao projeto O tempo presente na Fiocruz: ciência e saúde no enfrentamento da pandemia de covid-19.* Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2025. 31p.

Sumário

Breve apresentação da formação acadêmica e trajetória profissional. Primeiras ações da Fiocruz no início da pandemia. Divulgação científica e combate ao negacionismo e a *fake news*. Interlocução e parcerias da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) com órgãos internos e externos à Fiocruz. Relação com gestores da área de saúde e com o poder público. Atuação da Fiocruz na Atenção Primária e na Atenção Básica à Saúde. Relação com os agentes comunitários de saúde. Ações da VPAAPS no território de Manguinhos e a interação com os atores locais. Expectativas da população em relação à Fiocruz. Interlocução entre a Fiocruz e o poder legislativo e a percepção dos parlamentares sobre a instituição. Relação da população com a Fiocruz e a ampliação do reconhecimento do SUS durante a pandemia. Colaboração entre a Fiocruz e movimentos sociais, como o MST e a Articulação Nacional de Agroecologia. Impacto da pandemia na continuidade de programas e iniciativas da Fiocruz, especialmente nas áreas de promoção da saúde e meio ambiente, com destaque para o Programa Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PTSS). Questão da saúde indígena, com ênfase na atuação da Fiocruz junto à SESAI e na articulação com lideranças indígenas, enfrentando desafios como a testagem e o fornecimento de insumos durante a pandemia. Impacto da pandemia na relação da Fiocruz com movimentos de populações em situação de vulnerabilidade, incluindo quilombolas, caiçaras e populações tradicionais. Relação da Fiocruz com instituições internacionais, como universidades e movimentos de outros países, e a articulação global em saúde e meio ambiente. A participação da Fiocruz no processo de volta às aulas e os desafios das instituições de ensino ao contexto da pandemia. As ações da VPAAPS voltadas à saúde dos trabalhadores. Mudanças na percepção da população sobre o SUS e os legados da pandemia para o futuro da saúde pública.

Entrevista – 16/02/2022

SK – Bom dia, hoje é dia 16 de fevereiro de 2022, estamos aqui com Marco Antônio Carneiro Menezes, o Marquinho, que é atualmente diretor da ENSP [Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca] e foi, entre 2017 e 2021, vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fiocruz. Eu sou Simone Kropf, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz, estou aqui com Thiago Lopes, que também integra esse projeto, que se chama “O tempo presente na Fiocruz: ciência e saúde no enfrentamento da pandemia de covid-19”. A gente está fazendo essa entrevista via plataforma Zoom e o Marquinho está na sala de reunião do Conselho Deliberativo da ENSP. Marquinho, queria te agradecer muito por sua disponibilidade para colaborar com o nosso projeto. Antes de passar para as nossas questões, sobre o tema propriamente dito da entrevista, que são as ações da Fiocruz no enfrentamento da pandemia, queria que você se apresentasse, fizesse uma espécie de síntese da sua formação, da sua trajetória profissional, por favor.

MM – Bom dia Simone, Thiago, é um prazer estar aqui com vocês. Vou falar, agora gravando, o que já falei antes, sobre a importância desse projeto, quero parabenizar você e toda a equipe pela por essa ideia. É um pouco aquilo que está no vídeo institucional da Fiocruz, não é? A Fiocruz tem os olhos no futuro, mas os pés fincados na tradição e a tradição tem que ter memória, tem que ter história, então acho que é muito importante esse projeto. Eu estou agora aqui, como você bem falou, na sala do Conselho Deliberativo da ENSP, com muita honra. É um prazer e um grande desafio estar nesse momento como diretor da ENSP e nessa sala que é histórica para a Fiocruz, para a saúde pública, para a saúde coletiva. Em vários momentos importantes da democracia e da construção da saúde pública do nosso país estiveram aqui reunidos e deliberando sobre as questões. É a representação de um processo muito rico para a Fiocruz, que é o processo democrático participativo, tem representantes dos coletivos de trabalhadores e trabalhadoras da nossa Escola nesse Conselho, então acho que é uma honra enorme estar aqui. Eu tenho 33 anos de Fiocruz, eu entrei em 1986. Antes de entrar na universidade, trabalhei na INCQS [Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde/Fiocruz], fiquei cinco anos, se não me engano, no INCQS, depois vim aqui para a ENSP, justamente para o departamento ao qual pertenço até hoje, que é o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, nosso CESTEH, que é um marco também nesse processo de gestão da Fiocruz e das contribuições que tem dado para a sociedade, também representa uma visão já lá na frente que o Sérgio Arouca tinha, de juntar saúde, trabalho e ambiente. Então o CESTEH tem essa marca. Eu entrei no CESTEH em 1990 mais ou menos, ainda fervilhando a discussão, e muito vivo ainda o próprio processo de construção do departamento dentro da Escola. Depois fiz o concurso da Fiocruz e entrei para o quadro de tecnologistas. Eu sou biólogo de formação, tive especializações no campo da bioquímica, da toxicologia. Depois fiz uma especialização também - aí já uma formação mais direta na Escola - no campo da saúde do trabalhador e ecologia humana. No mestrado também atuei muito nesse campo da saúde do trabalhador e ecologia humana. Então essa é um pouco a minha formação. Eu tive uma trajetória em que fui muito privilegiado, pude ter uma visão institucional bastante interessante do todo da Fiocruz, porque eu estive no CESTEH por muito tempo, como estou até hoje, e tive a oportunidade de estar em algumas coordenações. Esse espaço de gestão na Fiocruz é muito interessante, propicia muito o diálogo com toda a comunidade da Fiocruz, estar no próprio CD [Conselho Deliberativo] da Fiocruz em alguns momentos. Eu estive na coordenação do laboratório, depois fui vice coordenador do CESTEH, depois duas vezes, pelo processo eleitoral, eleito chefe de

departamento, depois estive no CD da ENSP como vice-diretor, depois fui para a vice-presidência a convite da presidente Nísia [Trindade Lima] em seu primeiro mandato. Outro momento que eu acho que foi muito importante nessa visão institucional, nessa atuação institucional, foi ter atuado diretamente, durante algum tempo também, no nosso sindicato, na ASFOC [Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública]. Foram duas gestões direto na diretoria da ASFOC e depois, também, no conselho fiscal. Enfim, é com muito prazer, com muita honra, que estou aqui como diretor da ENSP, nesse momento de tanta unidade política e institucional na nossa Escola.

SK – Nós que agradecemos, para a gente é uma honra também ouvi-lo, assim como a todos que a gente tem entrevistado nesse projeto. É realmente muito importante para a Casa de Oswaldo Cruz. Marquinho, conta para nós a sua lembrança daquele momento inicial, no iniciozinho de 2020, quando nós e o mundo nos demos conta da emergência dessa pandemia, pensando, sobretudo, no seu cargo de gestão naquela ocasião.

MM – A gente estava se preparando para os 12 anos da Fiocruz. Foi uma iniciativa da presidente Nísia de trazer essa discussão dos 120 anos, fazer uma avaliação e pensando no futuro. O futuro que nos colocava a Nísia era um futuro olhando para o passado. Voltamos a uma grande catástrofe, que a gente não tinha dimensão ainda, mas, quando a OMS decretou que era uma pandemia, a Fiocruz já estava se organizando internamente. Foi uma grande iniciativa também de começar a articular nossos espaços coletivos, começar a pensar coletivamente e articuladamente o que estava acontecendo naquele momento. Então a vice-presidência convocou debates, articulando as câmaras técnicas para olhar o que estava acontecendo, tentar decifrar alguma coisa. Estava tudo muito novo. Decretar uma pandemia depois de 100 anos [da pandemia de gripe espanhola] não era qualquer coisa. Era preciso saber o que era aquele vírus, de onde ele veio. E aí ficou claro também todo o processo do modelo de desenvolvimento que a gente vive hoje, como uma grande crise climática socioambiental apontava ali a sua face mais perversa, que é, na verdade, a pandemia. Aí a gente sabe todos os desdobramentos, quem ela atinge mais fortemente, a desigualdade e tudo mais. Então o momento era de olhar ... A presidente Nísia, toda a direção, a gente ficou em alerta permanente, numa articulação da forma mais capilar possível. Então, de novo, volto a falar na VPAAPS [Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde]. A gente articulou as câmaras técnicas para poder se mobilizar de forma rápida, e ao mesmo tempo ficar com o alerta ligado, sobre o que está acontecendo aqui e tal. A gente tem uma atuação forte nos territórios através da nossa área de ambiente, mas também a promoção e atenção em saúde são outros pilares da VPAAPS. Já estávamos atentos, articulando aqui com os movimentos dos territórios, tentando fazer já essa questão da comunicação mais direta. Depois a gente viu tudo o que foi o grande enfrentamento que a Fiocruz fez. Eu destaco uma questão muito importante, em que a gente atuou também fortemente, que foi a divulgação científica, vamos dizer assim, para o enfrentamento do que já se anunciava ali como grande desafio, que era o que a gente está vivendo hoje: o negacionismo, as *fake News*. A gente começou a colocar em prática algumas ações, o contato direto com a comunidade, fazer reuniões com o conselho de Manguinhos, com quem a gente tem uma relação direta aqui na assistência, no sentido de falar “Olha, está acontecendo isso”, “Não, é isso”. Recuperando agora, olhando daqui para trás, a gente já estava ali fazendo o enfrentamento do que viria a ser o questionamento ao papel da ciência e tudo o mais.

SK – São vários temas fundamentais, a gente vai voltar a eles de maneira mais detalhada ao longo da conversa, mas fala um pouco como foi a participação da VPAAPS na elaboração do plano de contingência naquele momento inicial, que naturalmente mobilizou a instituição inteira, como um todo?

MM – A gente pensou inicialmente em uma sala de situação e ali foi uma outra novidade. O que era na verdade? A gente queria um lugar que pudesse apoiar as decisões da presidência para as ações do plano de convivência, internas. A gente precisava ter uma mudança inclusive de cultura, para a gente poder fazer uma articulação de saúde, trabalho e ambiente, a discussão do processo de trabalho e tudo o mais. Mas acho que uma orientação importante desse plano, desde o início, era que a gente pudesse falar para dentro e para fora [da Fiocruz] da mesma forma. A presidência sempre colocava isso para a gente: o que a gente está falando para dentro tem que valer também para fora, e vice-versa. No início da pandemia, estava colocada a questão do lockdown, a questão de você sair dos ambientes de trabalho para ter uma proteção coletiva ficando em casa, e isso era radicalmente oposto à cultura institucional. Então a VPAAPS se organizou, eu participei da organização do plano, numa discussão direta com as nossas coordenações, a coordenação de ambiente, a coordenação de promoção da saúde e a coordenação de atenção e consequentemente fazendo reuniões com seus colegiados. A nossa representação ali vinha desse acúmulo de discussão e fazendo uma troca direta. Tinha, por exemplo, que estar dialogando com o plano de convivência da Fiocruz do campus, das unidades daqui, com a Fiocruz nacional, tinha que saber como é que ia atender ou não alguém do território. A Fiocruz é referência, por exemplo. Então a gente teve também esse papel nessa comunicação direta, trazendo e levando essas informações, mas também recebendo muitas propostas, porque a gente estava dialogando com a base ali: “Isso não vai dar certo”, “Olha, é adequado?”. A gente teve esse papel no campo de ambiente e promoção, de organizar os processos internos. Você conhece como foi o plano, estava lá a Coordenação de Vigilância [e Laboratórios de Referência da Fiocruz], que é fundamental. A coordenação do Valcler Rangel, nessa visão da Fiocruz nacional, também foi muito importante, entre outros que participaram da coordenação deste plano que está até hoje, na sua última versão, que saiu esse mês.

SK – É inicialmente o plano de contingência, não é? Depois se transformou no plano de convivência. Nesse processo, Marquinho, como você disse, houve e há uma forte interlocução e uma relação muito próxima com o território e, claro, essa integração interna à Fiocruz, não só no campus do Rio de Janeiro, mas também essa Fiocruz nacional e a relação com os gestores de saúde. O que você destacaria, do ponto de vista desses atores, dessas relações que a VPAAPS estabeleceu não só dentro da Fiocruz, mas com atores fora da Fiocruz? Depois a gente entra na questão da relação com o território.

MM – Uma coisa muito importante é a articulação com os movimentos sociais. A gente teve uma articulação muito forte, a partir inclusive do programa que a presidente Nísia inaugurou em sua gestão, que foi o FioPromoS [Programa Translacional de Promoção da Saúde], um programa de integração inédita entre as duas vices, de ambiente e atenção e promoção em saúde, a VPAAPS, e a vice de pesquisa. A partir daí, a gente fez uma articulação muito forte, por exemplo, com movimentos na Baixada Fluminense, o que, de certa forma, ainda era inédito. Esse movimento de moradores de bairros já foi muito forte no Rio de Janeiro, no Brasil. Então essa foi uma marca que eu acho importante. A gente teve uma articulação muito forte. E naquele momento, você sabe, era difícil a relação com a própria prefeitura do Rio de Janeiro. Mas o papel do agente público local... Porque é

aquela discussão, as coisas acontecem aqui no território, no município, então a atuação com os municípios foi uma marca que a gente procurou fazer. Muitos procuraram a gente, aqui do Rio de Janeiro especialmente, mas tive a oportunidade também de trabalhar com a Fabiana [Damásio] lá em Brasília, que tem uma experiência muito forte no território, a gente trabalhou e conversou muito com o pessoal da Fiocruz lá do Ceará, trocando essas informações. E também tive a oportunidade de depois, virtualmente, participar de alguns debates lá. A gente teve uma relação muito forte, que foi importante naquele momento, também nos territórios, com aproximação muito direta da saúde e da educação. O Programa Saúde na Escola [PSE], por exemplo, teve que ser redesenhado o tempo todo. A Fiocruz tem um papel muito importante aqui e a gente trocou informações com outros locais. Com a prefeitura de Duque de Caxias, São João de Meriti. Os gestores locais nos dão muita informação. Então isso foi uma coisa importante, porque depois desdobrou, e aí já pensando, não em um legado exatamente, mas numa articulação forte desse programa Saúde na Escola. Então eu destacaria essa situação com os movimentos sociais, não só aqui, porque a VPAAPS já tinha uma forte ligação com outros movimentos, com o próprio MST, Articulação Nacional de Agroecologia, e a gente fortaleceu esse laço, a gente tinha reuniões marcadas para ficar trocando informações. E, por outro lado, na estrutura do SUS, no controle social, a importância dessa aproximação, dessa integração mais forte com o campo da educação social aqui no Rio de Janeiro.

SK – Você está falando que já havia essa relação estabelecida, mas no contexto da pandemia, quais foram as expectativas por parte desses movimentos sociais – você mencionou as prefeituras –, o que as pessoas esperavam da Fiocruz? A partir de que ações concretas essa relação se deu? Quais eram essas expectativas que você acha que esses grupos tinham e têm da atuação da instituição?

MM – Depois, com o avanço do processo... Logicamente, sempre foi uma expectativa da vacina, isso ficou muito marcado. Mas antes, no começo, era muito mesmo da informação: “O que é isso?”, “O que significa isso?”, “O que eu posso fazer aqui?”, “Isso é muito grave mesmo?”. Quando se decreta a pandemia, era tudo muito sério, muito drástico: “O que está acontecendo? O que a gente precisa fazer?”. Uma iniciativa da Fiocruz que a gente participou e que foi coordenada lá pela Márcia [Correa e Castro], do Canal Saúde... Aquela relação com os comunicadores sociais foi muito importante; e a gente também reproduziu de certa forma, nessa rede que a gente criou, por exemplo, com Fio-PromoS [Programa de Pesquisa Translacional em Promoção da Saúde], que é uma rede humana enorme. Depois a gente pode ver. No relatório da VPAAPS, não sei se você lembra, tem acesso, e a gente colocou ali, tem alguns *links*, tem uma série de redes que funcionam até hoje. Eu acho que eles buscavam muito a informação, porque os processos começaram a funcionar. Era saber o que precisava fazer dentro do próprio sistema de saúde e aí na questão do território isso ficou evidente, a importância do SUS, mas o desmantelamento também. Então a atenção primária não foi... A gente já discutiu em vários fóruns aqui na Fiocruz alguns erros que foram cometidos. Então a orientação era de ir para o hospital, mas não tinha hospital: “O que eu posso fazer em casa?”. Os movimentos na sociedade, movimentos populares localizados, eles vinham buscar muito essa informação, sobre o que poderia ser feito ali; e a gente também, numa troca, devolvia a partir da experiência desses grupos organizados. A realidade é muito difícil, muito dura nesses territórios. Então a gente às vezes também ficava frustrado, não tinha muito o que fazer, até porque todo mundo sabe como é que foi a condução em nível nacional, sem programação e tudo o mais. Isso dificultou muito, desde o início do processo, o próprio reconhecimento do impacto da pandemia pelo governo federal.

SK – Exato. E no que diz respeito, por exemplo, à relação com os agentes comunitários de saúde, o que você destaca nesse sentido? Alguma situação, alguma coisa que tenha marcado essa relação com a Fiocruz e aí não só no território de Manguinhos. Você mencionou essas ações na Baixada Fluminense, os agentes comunitários locais, os agentes comunitários de saúde. Como é que era concretamente no dia a dia essa relação com esses agentes?

MM – A Fiocruz tem uma ação muito forte aqui em Manguinhos, claro, inclusive de ação concreta na proteção à saúde deles. Eles procuravam a Fiocruz, e a gente procurava, junto com o responsável mais direto ali, desenvolver com eles ações, desde o fornecimento de máscaras, até na perspectiva do que a gente chamou depois de telessaúde, e que estava desenhando ali. O acesso às tecnologias que a gente foi disponibilizar, que foi uma iniciativa, uma ousadia institucional. O recurso público é para o público, mas pelo processo de governança da gestão, não é tão fácil assim. Então essa relação muito direta de acolhimento dos agentes aqui, isso depois se multiplicou e foi se multiplicando como experiência. Como eu falei, era uma troca, inclusive com a Fabiana e a gente fez... Acho que eu tenho aqui, de 2021, um seminário de dois dias que a gente chamou “Atenção primária no enfrentamento à covid-19”. A gente fez nos dias 17 e 18 de junho um balanço e propostas, onde a gente pôde colocar, a partir do olhar da VPAAPS, o que foi essa atuação nessa articulação interna. Participaram a ENSP, a Escola Politécnica [Joaquim Venâncio] e a gente organizou isso junto com a Gereb (Gerência Regional de Brasília). Esse seminário também está registrado, tem o *link*, tem documento, tem relatório, junto com a vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação/Fiocruz, a Cristiani [Machado] também esteve junto com a gente na organização. Eu estou falando desse seminário, porque ali a gente conseguiu, de certa forma, trazer as experiências desde a participação local até o controle social do SUS e a articulação nacional da Fiocruz. Foram dois dias de trocas de experiências, fazendo justamente o que você falou, sobre qual foi a atuação, sob o nosso olhar, na perspectiva de integrar promoção, ambiente e atenção nesse enfrentamento. Então tem o registro ali, eu destacaria isso, Simone, o acolhimento que a gente teve para os agentes foi muito importante, inclusive para a busca de equipamentos de proteção, quando a gente conseguiu, de forma ousada até, distribuir máscaras e tudo o mais para que eles trabalhassem com segurança. E, mais do que isso, isso se desdobra, porque eles são agentes, mas são trabalhadores e são moradores também, estão ali dentro das casas. Então foi uma troca muito intensa, esse aprendizado, que é sempre uma via de mão dupla. A gente acha que a Fiocruz teve uma ação muito importante ali na proteção da saúde desses trabalhadores e trabalhadoras.

SK – E nesse processo, Marquinho, como você qualificaria a relação com os gestores, tanto os gestores da área de saúde e também o poder público de maneira geral? Você mencionou a prefeitura do Rio e também outras prefeituras. Como é que era essa relação, pensando inclusive nessas expectativas que a população tinha e tem em relação à Fiocruz?

MM – Eu acho que, por essa orientação central do governo federal, foi muito confuso no começo e chegando ao ponto de negar alguns processos. As prefeituras com que a gente teve contato mais direto buscavam esse apoio de processo de gestão da Fiocruz, mas depois que teve todo o apoio do parlamento com os recursos previstos e tudo o mais, isso começou a fluir um pouco mais para os próprios municípios. Mas antes era a eterna busca de como a gente pode captar recursos para fazer alguma atuação, porque era imediata a necessidade de compra – você sabe que a Fiocruz teve uma atuação muito importante,

inclusive fazendo ações imediatas que, de certa forma, precisariam estar no governo central. Não vou falar só do hospital [Centro Hospitalar Covid-19 da Fiocruz], que foi uma ação estratégica superimportante, mas o prover de insumos. Inclusive hoje a gente ainda faz isso, por exemplo, com a questão da testagem. Então isso aconteceu muito, de buscar a Fiocruz com apoio de captação de recursos, de viabilizar recursos, indicar como comprar. A gente tinha conversas, não eram nem reuniões formais, a gente buscava experiências. O Valcler foi, volto a falar, importante para isso, porque ele tem um lugar de destaque pela experiência que ele teve - e a gente estava junto na presidência - de orientar inclusive o gestor local. Acho que teve nesse momento uma reunião muito importante com o CONASS [Conselho Nacional de Secretários de Saúde] e o CONASEMS [Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde], em que a Fiocruz também orientou de forma muito clara: “A pandemia é isso, isso que tem que fazer”, inovar em alguns processos de gestão. E tinha um risco, né? Que era o gestor... Depois quando veio todo o arcabouço de excepcionalidade criado pelo parlamento no Brasil, favoreceu também, mas a gente tentava controlar a necessidade de flexibilização de alguns processos para dar agilidade e atender ali. Acho que a gente teve um papel muito importante de já antecipar o que depois foi colocado nas leis, no parlamento. E essa relação direta com o parlamento, com o poder público local, também foi muito importante. Eu tive a oportunidade de estar aqui, em debate na Alerj, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, representando a instituição e era um debate assim: “O que eu posso fazer como parlamentar?”. Já um pouco mais na pandemia avançada, e com aquela crise toda de *fake news* e de claro sucateamento, ficou evidente para quem não sabia a necessidade de financiamento do SUS. Então: “O que eu posso fazer? É uma emenda?” A gente entrou nesse campo de discussão, que depois se mostrou uma grande fortaleza para a gente e acho que agora, daqui para frente, essa relação com o Poder Legislativo local e nacional ... Essa experiência da pandemia, a nossa necessidade e a busca deles pela Fiocruz, reconhecendo essa instituição como estratégica do Estado, e também nessa relação com o poder local, com o parlamento, foi muito intensa e muito importante. A gente na VPAAPS participou desse processo em alguns momentos, porque foram muitos debates públicos e também debates de busca de solução, de encaminhamentos concretos, e a gente pôde participar, foi bem interessante e um grande aprendizado.

SK – Eu queria te perguntar duas coisas. Nesse processo de grande expectativa em relação à Fiocruz, em que a instituição fornecia orientações para ação e também, concretamente, insumos, como você mencionou, houve alguma situação em que você teve que dizer: “Olha, a gente não tem como prover isso”, no sentido de expectativas em relação à Fiocruz que não eram responsabilidades da instituição? A outra pergunta é sobre a relação com o parlamento. Você mencionou a participação em alguns debates na Alerj. O que você destacaria concretamente em termos de situações em que você representou a Fiocruz nessa interlocução com o Poder Legislativo?

MM – Eu acho que na formação e na atuação para o projeto, vamos dizer assim, com as comunidades em situações de maior vulnerabilidade, como foi aqui nas favelas. A nossa atuação, por exemplo, aqui na Alerj no Rio de Janeiro, foi importante não só para sensibilizar, mas, na verdade, foi um movimento que veio das bases também, o movimento das favelas organizadas, buscando na Fiocruz, vamos dizer assim, entre aspas, um respaldo de credibilidade, de uso dos recursos públicos com a Fiocruz. E a Fiocruz sempre se colocando: “Nós fazemos isso tudo, mas a gente está junto também”. Então articulou com as universidades, eu tive o prazer e a oportunidade de trabalhar inicialmente

nesse projeto com o Valcler. Agora a presidente Nísia, por exemplo, deu esse depoimento sobre o projeto, que depois virou com o [complexo do Alemão] e com a Maré, mas, lá na origem, a gente foi para outras ações nessas comunidades. Quando a gente foi naquela Frentes pela Vida, que a presidente [Nísia] também liderou, a gente teve reuniões muito importantes com universidades, com movimentos sociais e com os representantes do Legislativo, que depois fizeram a proposta de recursos públicos, aí já na excepcionalidade do tratamento do orçamento da covid para a Fiocruz diretamente. Mas vendo que tinha uma proposta concreta de atuação e tinha uma articulação com os movimentos. Então foi sempre uma via de mão dupla. Essa atuação aqui, por exemplo, que depois virou o projeto com a Maré, com Manguinhos, a gente foi para a Rocinha, a gente foi para São João de Meriti. Esse projeto foi Fiocruz com o Legislativo: “O que a gente pode fazer?” E teve mudanças concretas, inclusive com a emenda de recursos, como eu falei, mas de articulação. Dura até hoje, você sabe, todo esse projeto.¹ Eu acho que teve algumas, não exatamente “frustrações”, mas limitações na atuação institucional. Por exemplo na questão de recursos humanos, porque achavam que a Fiocruz podia inclusive: “Contrata aqui para receber o recurso”, “Contrata as pessoas”. Tem toda a hierarquia do SUS e a descentralização, que é superimportante, e a gente não podia fazer esse impacto diretamente para uma atuação local. Então isso, de certa forma, em algum momento, frustrou a população. E depois, mais à frente, a questão da própria vacina, porque, quando a Fiocruz entrou, as pessoas disseram: “Ah, então amanhã sai a vacina”. E a gente viu que não é bem assim, tem que ter uma ação central do governo federal, que atrasou bastante o processo. Mas teve o questionamento: “Por que vocês já têm a vacina aí...?” Isso eu acho que foi uma expectativa que a população... Depois a gente esclareceu muito bem como é que é esse processo, até a gente conseguir importar a primeira dose. Nesse momento acho que a gente atuou muito fortemente esclarecendo tudo, mas essa ação do governo federal dificultou muito. Em alguns momentos, quando você chegava em algumas discussões mais diretas com a população, era difícil até explicar porque a gente não tinha [a vacina] aqui se em outros lugares do mundo já tinha.

SK – Uma expectativa de: “Entreguem logo a vacina! A gente quer a vacina!”. É nesse sentido?

MM – Isso aconteceu muito e não era tão simples de explicar, não é? Porque a gente estava planejando, foi muito bem arquitetado para a gente ter hoje autonomia na produção, você sabe muito bem, tinha uma direção, que foi tomada pelo Conselho, pela Presidência da Fiocruz, pelo Conselho Deliberativo. A gente sabia que, em algum momento, ia parecer que a gente não estava fazendo nada, mas nas interlocuções, nas relações internacionais, nos bastidores, a atuação da Presidência foi fundamental para a gente pudesse ter esse desfecho que tem hoje, de autonomia e a expectativa de, inclusive, estar acompanhando as mudanças tecnológicas para as transformações virais. Mas lá atrás foi difícil, todo mundo sabe. “Como é que vocês não podem fazer?” E ao mesmo tempo a gente querendo discutir com eles os avanços que precisava ter naquele momento para sustentar.

SK – É, esse ponto é muito interessante. Como você está dizendo, é esse tempo, que é um processo complexo de preparação, de prospecção, de desenvolvimento e de viabilização

¹ Nota do copidesque: o depoente está se referindo aos projetos financiados com recursos destinados pela Alerj para a chamada pública de apoio a populações nas favelas. <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-e-favelas-fiocruz-lanca-chamada-publica-de-apoio-populacoes-em-favelas>.

da produção de uma vacina, que, inclusive, do ponto de vista da ciência foi desenvolvida um tempo recorde.

MM – Recorde, recorde.

SK - Mas, ao mesmo tempo, a expectativa da população é de que isso seja imediato. Então é realmente complexo gerenciar. Eu ia te perguntar na relação com os movimentos sociais...

MM – Rapidinho, porque na verdade, tem tudo isso aí que você falou e a gente viu qual era a fortaleza do SUS e do próprio PNI [Plano Nacional de Imunizações], com tanta expectativa que, em tese, não foi atendida: “Mas cadê?” Depois, com todo o retrocesso colocado pelo governo central, de negacionismo com relação à própria vacina, se a gente atingiu esse nível de vacinação é porque tinha uma fortaleza por trás, que é o próprio SUS e o PNI. Essa cobrança é também nesse sentido, porque já tinha um reconhecimento do que precisava para essa ação.

SK – Me ocorreu agora um aspecto também interessante: nessa busca por parte da população em geral, em relação à vacina e a ações concretas de enfrentamento da pandemia, qual era a visão que as pessoas tinham do SUS e de um sistema já montado de prestação de serviços via PNI? As pessoas tinham essa compreensão do próprio Sistema Único de Saúde quando buscavam a Fiocruz? As pessoas identificavam a Fiocruz como SUS?

MM – Eu acho que percepção popular, do cidadão do dia a dia, do SUS de hoje é totalmente diferente do que era antes da pandemia. Hoje, é outra história, de reconhecimento e de se reconhecer como sistema público. Eu acho, e não é só o que eu acho, mas os dados que a própria Fiocruz mostrou. O nosso projeto de comunicação, que é coordenado pela Elisa [Andries], auxilia a tomada de decisão no CD, inclusive com relação à percepção da população com relação à Fiocruz

SK – Você está se referindo a essa consultoria da MAP?

MM – Da MAP foi mais recentemente. Mas já tinha um processo da própria CCS [Coordenação de Comunicação Social] que se desdobrou...

SK - Ah, sim.

MM – As pessoas reconhecem a Fiocruz. A pandemia jogou a gente lá para cima, pelo processo de gestão da presidente Nísia nesse primeiro mandato, mas toda a atuação da Fiocruz, das suas unidades e tudo o mais. A ENSP também teve um papel importantíssimo. Mas as pessoas não reconheciam a Fiocruz como SUS. Era assim, 10%, 20% reconheciam como SUS, e acho que isso ainda persiste, é uma coisa que a gente precisa dizer. A gente usa o nosso documento “aqui somos SUS”. Mas as pessoas não identificavam nem o PNI como SUS. Mais recentemente, vimos que as pessoas não identificavam nem a própria atuação da vigilância sanitária como processo do SUS, nem a vigilância em saúde como processo do SUS. Isso precisa avançar muito ainda, eu acho. Mas o reconhecimento de que precisa ter um serviço público universal de saúde, isso foi o marco do que aconteceu nesse processo. Explorar mais isso? Precisava explorar, porque daqui a pouco vai arrefecendo um pouco o impacto da pandemia e os processos locais

vão tomando conta. Aí, por exemplo, volta toda essa discussão agora, no momento da eleição no país, sobre que modelo a gente quer, por exemplo, para a atenção primária. O Cuida Mais Brasil é um desmonte por dentro, que a população não está percebendo. De forma geral, a gente acaba dando foco para outras prioridades, é assim mesmo, mas acho que a gente tem um papel importante como instituição e aqui na ENSP o foco é um pouco a discussão de hoje, nesse lugar que eu estou aqui agora. A gente vai enfrentar também, para esse momento do país, esse diálogo muito direto com a sociedade. O que está acontecendo no desmonte por dentro que está avassalador, a atenção primária agora é para vender curso, então isso é muito grave, por tudo que isso representou e o que vem pela frente, outras pandemias, amanhã. Hoje já temos situações aí do impacto da própria covid longa e outras situações que a gente precisa enfrentar. Acho que o SUS hoje é outro, na percepção da sociedade, em relação ao que era até a pandemia, mas para sustentar isso, a gente precisa ter muita ação, e aí aquela tese 10 [do Congresso Interno da Fiocruz], a comunicação e a informação, nessa perspectiva de cidadania e de direito humano, isso é fundamental para a gente.

SK – É, nossa tese 10 do Congresso Interno da Fiocruz, que aconteceu no final do ano passado, é fundamental, é exatamente essa relação com a sociedade. Esse tema da atenção primária, eu vou voltar a ele mais à frente, porque de fato é central, mas eu queria retomar um pouco o que a gente estava conversando. Por exemplo, pensando nos agentes comunitários, na população do território por um lado e nos parlamentares, não sei se havia percepções diferentes desses grupos sobre o que era a Fiocruz, mas eu queria te ouvir, porque você diz: “As pessoas não reconheciam a Fiocruz como SUS”. Se você fosse sintetizar, o que era a Fiocruz para as pessoas? O que era, como é que elas viam?

MM – Tinha uma visão muito forte da ciência, do papel de uma instituição da ciência, mas a ciência como uma coisa distante da sociedade. Mas muitas pessoas não sabiam nem que a vacina que eles estavam tomando era da Fiocruz. Então reconhece sim, mas está tão distante lá que na verdade isso nem é público, em alguns momentos, passava, via o castelo aqui. Isso a gente falou em debates aqui com alguns movimentos. É uma discussão também na 16ª Conferência, com o próprio pessoal do MST, aquela roda Paulo Freire, que acabou num debate da própria atuação da Fiocruz, o reconhecimento de que a Fiocruz é SUS e que o SUS tem toda essa cadeia, que mexe com a vida de todo mundo. Eu acho que a percepção da pandemia, se a gente pode falar de algumas marcas que vão ficar, é um avanço do reconhecimento não só da Fiocruz, mas de outras instituições públicas, da importância delas e de que isso faz parte do sistema público. Então eu acho que isso foi importante. A população vê muito a Fiocruz, eu acho, como esse lugar da ciência, a ciência na pandemia, apesar de a gente ter uma atuação muito forte no território, com Bio-Manguinhos. Isso eu estou falando de uma percepção mais geral, de uma questão mais geral da sociedade como um todo, mas acho que a gente já está em um outro momento agora e a gente tem se mantido assim, isso é muito importante.

SK – A relação com os parlamentares mudou também, Marquinho? E você acha que essa visão da Fiocruz como uma instituição de ciência, mas, ao mesmo tempo, um tanto distante, digamos assim, você acha que a gente pode dizer que essa era uma percepção também por parte, por exemplo, dos parlamentares com quem você teve contato nesse debate ou não? E como é que foi essa relação direta com os parlamentares nesse processo?

MM – Eu acho que, com os parlamentares de uma forma geral, tinha um entendimento do que era a Fiocruz, uma instituição ligada ao Ministério da Saúde, tinha claramente

isso, mas não tinha a dimensão do nosso potencial de atuação, desafiavam o tempo todo. Por exemplo: “você vai construir um hospital em 45 dias?” Vai sim. Vai fazer. “Pode atuar de uma forma articulada em nível nacional?”. Essa dimensão de que a Fiocruz está em todos os territórios no Brasil era pouco entendida, porque a Fiocruz é um sistema que está em vários lugares do Brasil e internacionalmente. Isso, com os parlamentares, acho que avançou bastante. Tinha entendimento por parte dos parlamentares sobre o que é a Fiocruz, o potencial dela, que ela é produtora de vacinas, é parte do SUS e que está ligada ao Ministério da Saúde. Nesse processo, a capilaridade nacional da instituição e o sistema Fiocruz ficou muito mais evidente em espaços como, por exemplo, o parlamento estadual e federal. Acho que isso foi uma marca importante. Um grande desafio foi a gente poder se manter como instituição estratégica do Estado brasileiro, nessa conjuntura tão difícil - que a gente espera reverter mais à frente, daqui até o final do ano, na política nacional. E isso foi um diálogo com o parlamento. A Fiocruz está ligada ao Ministério, mas a gente quer avançar e concretizar a importância dessa relação como instituição estratégica do Estado. Aí tem tudo que está por trás, que é a carreira e como é que a gente vai trabalhar isso. Mas acho que ficou marcante na minha visão, na relação com alguns deputados federais diretamente e outros aqui do Rio de Janeiro, esse impacto positivo. “A Fiocruz está em todas as regiões do Brasil?” “Está”, “Ah, mas é uma Fiocruz só?” “É uma Fiocruz só”. Então isso foi uma questão importante.

SK – É muito interessante realmente essa mudança na percepção e na visão da instituição. E aí, Marquinho, exatamente nessas novas visões, nessas novas percepções do alcance e da atuação da Fiocruz, no caso das ações em parceria com movimentos sociais organizados e a sociedade civil organizada, houve alguma situação em que você identificou ou aconteceu algum tensionamento, no seguinte sentido: “Olha, a gente, obviamente, tem uma parceria com a Fiocruz, mas a gente não quer abrir mão do nosso protagonismo”. No sentido de: “Olha, a Fiocruz está assumindo muito protagonismo”.

MM – Muito, muito, muitas vezes. Isso é constante até hoje, inclusive esse é um debate interessante em que a gente precisa avançar. Acho que uma categoria de captação de recursos que ficou muito forte na nossa instituição foram as emendas parlamentares. Estou usando a emenda como exemplo, porque ela articula, isso que você falou, da relação com o parlamento e com os movimentos, porque tinha muito disso e teve bastante isso. Os movimentos identificam uma necessidade, chegam ao parlamento, captam recurso e falam: “Joga lá na Fiocruz”. Não é bem assim [risos], porque tem uma limitação da atuação institucional, da própria gestão do recurso, a temporalidade, a execução de algumas ações, por exemplo, não é assim, e na própria ação de parceria. Agora, uma questão muito importante é como a gente se apropria dos resultados desses processos, que geralmente é uma ação local. A gente vê aqui na ENSP e na própria VPAAPS várias ações de formação. Então gera uma formação, tem um quadro, teve muitas pessoas que saíram daquele processo, tem a produção de documentos e esses documentos, quando se coloca o castelinho lá, eles têm um peso importante de validação para dentro da própria instituição. Porque a marca ali é a marca da Fiocruz. Então é constante isso e acho que tende a aumentar, em especial agora nesse ano eleitoral: você conseguir dizer que está junto, mas que vai até certo ponto, por conta de uma atuação como instituição estratégica do Estado, que está ligada ao Ministério da Saúde. Você viu agora no caso dos agrotóxicos e outros, a gente tem uma atuação muito forte, contundente, sem questionar nosso posicionamento, ele é muito firme. Mas tem algumas limitações da própria atuação dos movimentos, o que eles podem fazer. Eu acho que estar junto e cumprir nossas tarefas. E é fundamental a nossa capacidade de ampliar os diálogos e fazer com que haja debate, do

nosso congresso [interno], do 8º e desse. No primeiro mandato da presidente Nísia a gente conversou muito sobre isso: “Vamos avançar e fazer com os movimentos”. No 8º [congresso interno] foi a primeira vez em que a gente trouxe um movimento para dentro da Fiocruz para participar de um debate do congresso interno. Eles estavam aqui dentro discutindo com a gente as questões e tentando entender quais são as limitações da instituição.

SK – Você está mencionando esse “fazer com”, e às vezes situações mais, digamos assim, delicadas, no sentido de uma grande expectativa em relação a coisas que a Fiocruz não poderia dar conta, não é? Você identificou alguma situação inversa, no sentido de: “Olha, a gente tem uma parceria, mas vai até aqui, porque isso daí não é da alçada de vocês, isso daí é da alçada do próprio movimento e vocês não têm que dizer como a gente tem que fazer”?

MM – Já, já, isso acontece, acho que é um aprendizado sempre, acho que parte do princípio da confiança, confiança dos atores que também estão ali, e da própria instituição. O processo democrático interno na Fiocruz é uma grande fortaleza, acho que agora a sociedade enxerga melhor isso, então não é só “o Marco” que está falando, tem um processo por trás, não é “a Simone”, tem um processo dentro da própria unidade, da própria instituição que garante também um debate mais amplo. Esse limite também é dado pela discussão coletiva, não é só a posição da VPAAPS ali, tem uma discussão na câmara técnica, quem são os atores, suas relações na sociedade como militância, com reconhecimento da capacidade técnico-científica e tudo mais nas discussões. Então, quando chega nesse embate, é dizer que nós vamos “até aqui” e cada um tem que cumprir a sua tarefa. Aconteceu e acontece toda hora.

SK – Dentre esses movimentos sociais, você mencionou o MST, quais outros movimentos você destacaria nesse processo, para a gente qualificar melhor isso que a gente está chamando dessa “interlocução” com a sociedade?

MM – Assim como o MST, o MTST também teve uma atuação muito forte, os movimentos que surgiram desse novo processo que surgiu no país, depois que a evidência científica, a própria sociedade e a grande mídia trouxe a discussão das mudanças climáticas, da crise climática, as questões ambientais. Então, esses movimentos dos que foram atingidos por barragens, por exemplo. A gente tem uma atuação muito forte. O movimento amplia e traz necessariamente uma discussão, tem que integrar aqui saúde, ambiente, promoção, ver o que é promoção de saúde num contexto desses. Então esse movimento dos que foram atingidos por barragens é importante, a gente fez um movimento muito forte, Simone, e isso está registrado aqui no relatório. Eu queria depois poder conversar em outro momento sobre isso, que tem a ver também com a discussão de movimentos, mas ligado à questão da segurança alimentar e nutricional, a grande questão hoje colocada, eu imagino, para o mundo: como alimentar? Tem como, dá para fazer, mas os modelos estão errados na discussão da produção da cadeia produtiva como um todo. E a gente fez uma aproximação muito forte, divulgou dados científicos mostrando que tem alternativa, por exemplo, com a questão da agroecologia, da saúde e agroecologia. Esses movimentos não aparecem muito, mas têm uma capilaridade importante, têm dado científico, têm articulação de academia com prática. Com a Articulação Nacional de Agroecologia foi um movimento bastante forte que eu destacaria, estou falando aqui de uma situação bem específica, que trabalha a ciência, que trabalha o dado científico para a mudança da realidade e tem proposta. Aqui a gente está falando dos atingidos pelas

barragens, que é assim: “O que eu vou fazer é hoje aqui para a minha realidade”. A Fiocruz teve uma atuação forte lá em Brumadinho, em Mariana e foi uma atuação também muito forte da VPAAPS, coordenando a sala de situação que articulou a Fiocruz em nível nacional, mas especialmente com a Zélia [Profeta] na época, na direção da Fiocruz de Minas. Então esses movimentos vêm desses lugares, da tragédia que acontece naquela hora, de você se articular, como foi com a zika. E a gente teve movimentos que são das vítimas, vamos dizer assim, mais diretas. A vítima foi a sociedade como um todo. A gente relatou aqui nesse relatório...

SK – Quer interromper um pouquinho, Marquinho? [Uma pessoa entra na sala onde está o depoente]

MM – Só um minutinho só.

SK – Fica tranquilo, a gente vai pausar aqui.

[pausa na gravação]

MM - Voltou aqui, desculpa.

SK – Não tem problema, fica à vontade, porque eu sei que você precisa resolver o dia a dia aí.

MM – Não, é um negócio da obra, que está sério demais. Eu estava falando desses novos movimentos que surgiram e se manifestaram, vimos que têm uma articulação parlamentar muito forte. Esses movimentos dos atingidos por barragens têm emendas que a VPAAPS articulou com eles, na verdade eles estão em nível nacional, já estão pensando em outras situações, para atuar de forma preventiva, na perspectiva de promoção da saúde. A gente listou, inclusive, neste relatório todos os movimentos em que a gente teve relação mais direta, reuniões, relatórios que foram gerados, então a gente também destacou isso. Outros movimentos que já são mais tradicionais também ganharam espaço. Essa discussão do movimento, por exemplo, que trabalha com saúde indígena, a gente tem uma atuação forte e durante esse processo – posso só fazer um parênteses aqui?

SK – Oi? Desculpa.

MM – Posso fazer um parênteses aqui?

SK – Claro! Fica à vontade.

MM – Acho que está ainda nessa mesma pergunta. A nossa atuação junto com o Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina. Por que faço esse destaque? Primeiro pelo movimento, que foi uma orientação nossa e da presidente Nísia, dessa relação com movimentos. Nessa gestão em que eu estive presente na VPAAPS, a gente aprovou o nosso programa Territórios Sustentáveis e Saudáveis, com tudo isso, nesse contexto todo, levamos ao CD e teve aprovação, eu julgo como um marco desse processo. Se fosse voltar lá atrás, quando a gente colocou os nossos 5 eixos estratégicos há 15 anos atrás, saúde e ambiente como eixo estratégico, que a gente vai ter que rever agora em 2022, eu acho que criar esse Programa Territórios Saudáveis e Sustentáveis foi um marco importante, trouxe conceitualmente, estão lá colocadas na portaria as

referências para isso. E por trás tinha um movimento muito importante lá da Bocaina, há 14 anos praticamente a gente trabalha junto com a população quilombola, os indígenas e os caiçaras, de forma integrada, olhando para aquele território. Esses movimentos também ganharam e aí tem na Fiocruz Ceará um movimento fortíssimo, em Minas também. Tem todos os lugares, todos os cantos da Fiocruz no Brasil, a gente tem articulação com algum movimento de populações, vamos dizer assim, em situações de maior vulnerabilidade, mas organizadas, sejam quilombolas, indígenas e caiçaras, no Brasil todo, praticamente. Foi uma percepção que a gente teve também. E outra percepção é que a gente tem uma articulação forte com a agroecologia na Fiocruz toda, todas as unidades da Fiocruz têm alguma ação ligada a esse processo da agroecologia, na perspectiva da saúde e agroecologia. Esse mapa a gente tem pronto e entregue.

SK – Inclusive ia te perguntar sobre esse Programa de Territórios Saudáveis e Sustentáveis que você mencionou agora. Também pensando naquela pergunta anterior sobre a percepção das pessoas em relação à Fiocruz, como é que você vê o impacto da pandemia nesses programas e na maneira pela qual as pessoas envolvidas veem a atuação da Fiocruz? A pandemia impacta isso?

MM – Dos que estavam em andamento, sim, porque, num primeiro momento, foi o distanciamento físico e tudo mais, então isso impactou, inclusive, em entregas que estavam programadas, de formação, de ir a campo e tudo o mais. Aí depois se reverteu neste trabalho em rede, muitos viraram trabalho em rede, isso também mostrou a importância, vendo um outro lado, de que a gente pode se reinventar e que a apropriação da tecnologia pode ajudar a gente a vencer algumas barreiras. Acho que depois a gente pode falar um pouco do campo da educação lá da ENSP, ficou muito claro o processo de inclusão, que falta muito ainda no nosso país, porque tem a política de inclusão digital, isso é muito deficitário e tudo o mais. Deu uma agilidade nessa visão da apropriação dessas tecnologias, que a gente está fazendo aqui agora e tal. Isso poderia ter avançado muito mais. Mas com o envolvimento e uma resistência muito grande, a gente teve que avançar na prática e depois acabou criando uma prática até hoje, então: “Ah, chama o pessoal lá da Fiocruz Ceará, rapidinho aqui”, precisava fazer uma reunião com o Julio, que é uma liderança indígena, ele estava lá na aldeia: “Espera aí que eu vou”. Precisava quase subir na árvore para a internet pegar, mas ele entrou na reunião, então falamos, trocamos uma ideia rápida.

SK – Desculpe te interromper, mas você falou que houve resistências a isso no início a esse formato?

MM – Tinha sim, porque era uma prática de “vamos estar junto, vamos para os territórios”. Você vê pelo impacto nos projetos das viagens. Não tinha um projeto conhecido que não botasse lá “passagem e diária”, se não o projeto não andava. Hoje, durante a pandemia, fizemos novos projetos não tendo nem escrito “passagem e diária”. E teve alguns impactos, lógico que sempre prejudica. Quero deixar bem claro, eu acho que a gente não substitui diretamente nem de imediato esse contato. Pelo menos nessa relação, buscando a discussão do nosso PTSS, Programa de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. O contato direto, você estar junto, ali, até porque tem muitas limitações, muitas desigualdades no país e uma delas é justamente nesse acesso às tecnologias e tudo o mais, e no domínio da informação. Mas hoje há avanços, isso ajudou na nossa resistência, na nossa resiliência e daqui para a frente a gente vai poder usar isso como uma ferramenta importante para continuar avançando, acho que ajudou nesse sentido. A

gente percebe uma resistência e tudo o mais, mas estou te falando aqui, eu estava com o Julio, o Julio subiu lá na árvore, entrou no contato, entrou na reunião e ajudou a gente para caramba, porque inclusive aquela pesquisa com a Maria Helena Machado, a Maria Helena aqui da pesquisa dos trabalhadores invisíveis da saúde, a gente está para falar com ele, porque agora a pesquisa entrou nos trabalhadores da saúde indígena e ele está ajudando a gente lá. A gente precisava de uma informação, ele entrou e eu acho também que esse é um ponto dessa operação.

SK – Vamos então falar da saúde indígena, que é uma área fundamental de atuação da Fiocruz no enfrentamento da pandemia e na qual a VPAAPS tem um destaque, a ENSP. Como é que foram as ações relacionadas à saúde indígena desde o início da pandemia, o que você destaca?

MM – Como você colocou, são vários grupos aqui na Escola, mas também na própria Fiocruz, que trabalham com algumas perspectivas diferentes da abordagem da saúde indígena, um pouco mais antropológica, de discussão daquela cultura, de intervenção, o que é intervenção, como é que a gente faz isso. Então é diverso. Quando veio a pandemia, ficou claro, primeiro, a fragilidade do próprio sistema, da Fiocruz, O Arouca [criou] a lei da atenção na saúde indígena, a entrada da saúde indígena no SUS. Como a gente ainda precarizou muito essa relação, inclusive com os trabalhadores e trabalhadoras, que são 90% terceirizados e não estão por dentro do sistema, e isso fica muito remetido à questão local, sem a participação deles em alguns momentos. Então a atuação da Fiocruz ficou mais clara agora com uma ação nossa junto com a Vice de Pesquisa naquela unidade móvel para fazer a testagem que entregou lá para Manaus, isso foi uma articulação grande. A gente tem o Paulo Buss, a Ana [Lucia] Pontes aqui na Escola, que são influentes também na própria articulação da Fiocruz, numa aproximação com as lideranças locais; aí a credibilidade da Fiocruz entra muito forte, porque já tinha uma tradição de trabalhar respeitando, então quando a gente chega e faz essa proposta de estar lá com a testagem móvel, ela acontece, porque já tem um histórico de atuação muito forte. E, recentemente, você viu a atuação institucional muito importante - mas aí agora mais recente -, quando a gente foi impedido de entrar na terra indígena para fazer um trabalho, que é de pesquisa, mas é de pesquisa-ação, é para mudanças daquela realidade já. E aí todo o processo institucional...

SK – Qual foi a região, Marquinho?

MM – Foi na Amazônia, no estado do Amazonas, agora, a região, não lembro qual foi a aldeia para te falar. Tem um trabalho forte ali, que você sabe, do Paulo e da Sandra Hacon, com a questão do mercúrio. Era, na verdade, continuidade desse trabalho. Então a gente tem uma relação muito forte na VPAAPS, na Fiocruz com o SESAI [Secretaria de Saúde Indígena] desde sua criação. No governo do presidente Lula houve um grande avanço, o Antônio Alves esteve presente e coordenou os processos da estruturação da SESAI, então a Fiocruz e, em especial, a VPAAPS, que tinha uma relação muito direta ... No atual governo, praticamente desmontou-se uma estrutura que era muito forte na articulação com a saúde indígena nos locais, a partir do governo central, e a nossa atuação ali. Até hoje a gente tem uma relação direta com a SESAI, discussão de projetos e tal, mas muito diminuída do ponto de vista do recurso financeiro e da própria limitação para uma atuação mais contundente, da necessidade que esses povos têm. É uma situação histórica e hoje muito importante e fundamental, que se consolidou, na resistência lá. É a gente não romper com a SESAI, uma relação estratégica muito importante que a gente tem, porque

chegou no limite de algumas imposições, a gente teve que ter muita resistência, muita resiliência, reavaliar processos, discutir internamente e depois, importante garantir algum recurso, que garantiu uma certa capilaridade. Porque quando você vai, é o governo federal, é o Ministério da Saúde. Então essa relação, desde a construção... Agora, esperamos, com um novo projeto de país... Para recuperar a nossa atuação com a SESAI de uma forma mais...

SK – Eu ia te perguntar justamente isso, se para além do esvaziamento da SESAI, se houve alguma tensão em virtude dessa nova conformação ... Você está dizendo que sim, que não foi só uma questão de esvaziamento, foi uma questão até de dificuldade de interlocução.

MM – É, o militar que assumiu também ficou muito à frente, não por ser militar, claro, mas uma atuação até... De uma tradição hierárquica, reuniões que a gente foi, e era praticamente assim: “Vamos fazer assim, corta palavra...”; foi bem tenso, bem tenso, mas acho que a gente teve a resiliência necessária e também foi importante manter essas relações e tentar avançar no que é possível.

SK – E aí eu ia te perguntar em relação à interlocução com a APIB [Articulação dos Povos Indígenas do Brasil]. Como é que foi essa relação e como é que se deu essa triangulação com a SESAI nessa nova conformação?

MM – A APIB, através dos nossos representantes mais diretos, reconheceu de imediato que tinha uma relação muito mais frágil do ponto de vista institucional porque sabia dos avanços que a Fiocruz estava propondo. Então a gente começou a fazer, na verdade, ações bilaterais com a APIB e de conversas: “Você vai, você coloca...”. E de fato isso aconteceu e é natural que aconteça. Então a gente tinha uma relação muito forte com eles, com a própria construção da política nacional, mas também na execução de processos e tal e a APIB, quando vê que a gente tem uma limitação financeira ali, começa a ir direto no Parlamento para buscar as emendas, desde 2020 isso foi muito forte. E aí, de novo, com a Fiocruz não como garantidor, mas como: “Olha, vamos fazer isso junto com a Fiocruz”. Então a gente tem hoje algumas emendas parlamentares que estão dando sustentação para algumas ações que poderiam ser, deveriam ser, da política direta do Ministério.

SK – Que ações você destacaria nesse sentido? Pensando novamente nesse tema das expectativas em relação à Fiocruz na relação com a saúde indígena, o que você destacaria? Sei que houve uma atuação importante de testagem, mas você destacaria alguma outra frente de atuação?

MM – Sim, eu acho que na assistência mesmo mais direta, do atendimento, da atenção à saúde, isso foi uma atuação forte que a gente fez, numa articulação com o Mato Grosso, o Rivaldo [Venâncio da Cunha] sabe muito bem disso. Teve atuação exemplar ali, complementaridade de ação, que conflui inclusive na assistência, na questão da prevenção da saúde. E o que a Fiocruz fez e a VPAAPS também participou em certa medida com os movimentos sociais e com o Greenpeace para chegar lá e levar máscara, álcool, e a gente fez isso articulado com os movimentos. Como tinha uma ação deliberada de enfraquecimento, inclusive, das lideranças indígenas que se colocavam, está tudo embutido, a gente está vendendo aí, está tudo por trás disso, que é a liberação do acesso às terras indígenas, da exploração e tal. Então se você fortalece a liderança, está fortalecendo uma visão contrária a isso, a autonomia dos povos indígenas e tudo o mais. Então essa

articulação também foi nessa perspectiva da proteção mais direta e essa articulação com o Greenpeace e com a própria APIB e outros movimentos indígenas, de levar diretamente, chegar lá para eles, como a gente fez aqui também na Bocaina, fez em outros lugares do Brasil. A gente levar diretamente ali: “Toma aqui a máscara”. Foi muito importante.

SK – Então você está destacando a questão da própria atenção, houve essas iniciativas de testagem e houve algum movimento no sentido de promoção de materiais de informação para essas populações? Porque eu fico pensando aqui no desafio que é, até do ponto de vista da diferença, da diversidade cultural envolvida nessa relação. Houve ações nesse sentido?

MM – Eu não vou falar aqui no detalhe, porque eu não consigo registrar aqui e me lembrar, mas eu sei que a gente teve, por exemplo, uma atuação forte. Teve produção de material, a construção é junto. Se você chegar com uma informação pronta não vai ter o efeito, e para isso você tem uma ação continuada. Como a Fiocruz tem vários..., falamos de Mato Grosso, falamos lá de Manaus, aqui no Rio e em outros lugares, com essas populações, com essa articulação nacional, isso tem material, eu sei que tem, a Ana Pontes é quem tem produzido bastante. Inclusive na assessoria parlamentar e na assessoria jurídica ao próprio Supremo Tribunal. Você lembra que foi uma atuação do nosso grupo de saúde indígena da Fiocruz com alguns expoentes que se destacaram ali, mas é uma articulação desse movimento de saúde indígena da Fiocruz, inclusive foi destaque no congresso interno da Fiocruz também. E a atuação do Judiciário, do Supremo, foi baseada numa nota técnica da Fiocruz. Aí o ministro disse: “Passa a ação agora, muda a política aqui”. Isso foi superimportante².

SK – É, essa ação do STF foi realmente um marco importante.

MM – O ministro Barroso, se eu não me engano.

SK – A gente vai entrevistar a Ana Lúcia Pontes sobre isso, que foi exatamente garantir a execução da política, não é isso?

MM – É, exatamente. E os avanços que não estão previstos na política. Mas na verdade era o que a pandemia demandava nesse momento, ninguém estava preparado para isso, então tinha que ir em frente.

SK – Exato, garantir – só para a gente esclarecer aqui na entrevista – a própria política de saúde indígena, é isso?

MM – De saúde indígena. Isso.

SK – Está certo.

² Nota do copidesque: para entendimento do assunto, ver:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/42967/RespostaIntimacaoFiocruzAbrasco17_08_c2.pdf?sequence=2&isAllowed=y

MM – E os avanços que o contexto, a conjuntura, nos impõe como gestor público, em especial ali com aqueles povos.

SK – Você mencionou os conflitos, que são gravíssimos e a gente acompanha isso diariamente nos jornais, envolvendo as terras indígenas, os povos indígenas, com interesses econômicos dos mais diversos, então é uma questão social e política da maior gravidade no Brasil. A Fiocruz se viu, de alguma maneira, tendo que lidar com esses conflitos locais? Houve alguma situação que você se recorde em relação a isso? Houve alguma situação em que a Fiocruz se viu ali no meio de conflitos estruturais, digamos assim, nessa área?

MM – Bom, mais recentemente nesse impedimento de entrar lá na terra indígena, é muito claro isso. Mas acho que no dia a dia, a gente tem esse enfrentamento, por exemplo, aqui nesse trabalho na Serra da Bocaina. Ali acho que é o PIB do Brasil [risos], ali balança, porque entre Angra e Paraty, o Brasil todo, tem gente de São Paulo, de Minas, ali tem grandes condomínios – você conhece ali aquele condomínio Laranjeiras?

SK – Não conheço.

MM – É dentro da mata atlântica, impede que algumas populações tradicionais acessem inclusive a praia ou o lugar deles. E aí teve uma discussão também, você lembra do projeto que ainda está em vigor, a proposta de transformar aquela área ali na Cancun brasileira. Tem um enfrentamento forte com as populações indígenas guaranis, entra na terra deles e tudo o mais. É um enfrentamento diário, a gente produz relatórios subsidiando a questão da cultura, a necessidade de ter um diálogo forte ali e com o próprio movimento. E a gestão do atual governo com relação, por exemplo, à própria ação da Petrobrás, porque ali há exploração e o pré-sal ... Então a gente trabalha direto e tem produzido nos grupos, e fala: “Ajeita esses grupos”. Eu não estou diretamente nessa atuação, mas acompanhei pela VPAAPS. A gente fortaleceu essa política de apoio a essas ações, produzindo documentos, evidências científicas, de que precisa respeitar aquele processo das comunidades. Então isso é um exemplo.

SK – Como é que você avalia o impacto que a pandemia trouxe, e traz, no sentido de uma maior presença da Fiocruz no cenário global, no apoio a essas ações locais dos povos originários? Você acha que esse é um processo que já vinha ocorrendo, que essa relação já acontecia e que, de alguma maneira, permanece se dando nas mesmas bases? Ou você vê algum impacto específico dessa maior presença da Fiocruz por conta da pandemia no fortalecimento, digamos assim, até das próprias reivindicações e processos dessas populações? Houve mudança ou não?

MM – Acho que teve muita mudança, uma presença muito mais forte, inclusive em grupos que antes não atuavam. Quando você traz uma discussão, por exemplo, da saúde indígena, dos quilombolas, fica às vezes muito restrito a quem está fazendo o projeto de ação, a pesquisa-ação com o grupo tal. Durante a pandemia, a gente teve que articular, por exemplo, a questão de uma atenção à saúde mais direta. Outros grupos da instituição se envolvem diretamente com aquelas questões ali, então isso foi muito importante. Para a gente é muito importante a questão dos movimentos que a gente viu na sociedade, que se intensificaram na relação com a instituição, movimentos que hoje se materializam mais numa liderança nacional, como os movimentos das populações LGBTQIA+. Aqui na ENSP e na própria VPAAPS foi muito forte e a pandemia acabou aproximando mais,

porque é uma população em situação de muita vulnerabilidade pela questão do retrocesso de visão do que é uma sociedade livre e democrática. Então eu também destacaria que a gente se aproximou muito desses movimentos, é daqui para frente esse fortalecimento. Acho que, pelos relatórios institucionais, pelo que eu acompanhei da vice, a gente já tinha um movimento muito capilar com essas populações indígenas, quilombolas, caiçaras, outros movimentos da sociedade civil organizada, os macro movimentos, como o MST, MTST e outros. E a gente caminhou para outros movimentos e que hoje esse trabalho é muito forte. Quando a Fiocruz chega em algum movimento, ela fortalece o que está sendo feito em uma atuação local e movimenta o sistema Fiocruz, por exemplo. Por meio do nosso processo de articulação e de tecnologia, eu posso articular esse território aqui com outro que está lá na ponta, como a gente fez com o Ceará e com o pessoal de Manaus. Essa aproximação foi muito interessante. A gente teve muito isso, a gente fez um encontro em dois mil... Foi o último movimento antes da pandemia e eu acho que foi uma coisa importante, porque juntou a questão da cultura com os movimentos, foi a primeira participação da Fiocruz na Flip [Festa Literária Internacional de Paraty], lá de Paraty. A gente fez a Casa dos Povos, que já vai para a segunda edição, e a gente espera que esse ano a gente consiga fazer isso também com alguma parte presencial. A gente juntou os movimentos das populações em situações de vulnerabilidade de vários lugares do Brasil, juntamos também os povos latino-americanos. E depois surgiu um outro projeto, que é superinteressante, que depois a gente pode falar em algum momento, mas que está no relatório, que é a LUCI, a Universidade Livre do Conhecimento, que é uma articulação da Fiocruz com Coimbra e a Universidade Paris 8, e os movimentos populares. Quem coordena são os movimentos, então isso já avançou, inclusive, com uma possibilidade de a gente ter um *locus*, uma oficina lá no campo de Condorcet em Paris, na Universidade Paris 8, para fazer justamente essa interlocução. E tem a ver um pouco com a discussão da relação Brasil-Portugal também, mas isso é outra história, do bicentenário. Mas então esse movimento foi a primeira vez que a Fiocruz participou com essa articulação em um espaço dentro da Flip, que era a Casa dos Povos. A presidente Nísia estava atenta, apoiou muito e é assim, é a literatura, é a cultura local e a cultura nacional, unindo o movimento dos povos tradicionais, das culturas tradicionais, foi muito legal aquela Casa dos Povos, que deve ir para a segunda edição.

SK – Superinteressante isso, fala um pouquinho mais dessa relação, por exemplo, com as organizações e instituições internacionais a partir, pelo que eu estou entendendo, dessa mobilização com os povos tradicionais, com populações vulnerabilizadas. Você mencionou universidades fora do Brasil. Eram relações que a Fiocruz já tinha? Ou foram relações criadas nesse contexto específico? Fala um pouquinho mais desse cenário de relação com organismos, enfim, instituições estrangeiras.

MM – Já tinha, mas esse movimento foi um marco no sentido de organizar, de dar uma articulação, com propostas tiradas em conjunto, para seguir. Eu estou falando da LUCI. A gente fez reuniões com várias unidades da Fiocruz, do Brasil todo. A gente tem uma carta de referência, o marco dessa institucionalização, da organização desse processo, em que a Fiocruz também é uma protagonista. Nesse momento, a Carta dos Povos que saiu lá naquela reunião da Casa, é um marco para isso. Esse ano ainda a gente vai participar... Vários outros atores estão envolvidos, a Cristina Araripe está envolvida, a ENSP, pessoas aqui do Poli [Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio], da Fiocruz Brasília, é uma grande articulação da Fiocruz. A expectativa é a de que a gente vá lá na Universidade de Paris, quando puder, não sei se ainda esse ano, para formalizar o que a gente está chamando de Universidade Livre do Conhecimento. Já teve um acordo, já tive

o privilégio [de participar] quando eu estava lá em Paris junto com o pessoal da Universidade de Coimbra, mas isso tem a ver com essa articulação que já vinha de vários momentos. O ano seguinte já seria... Mas aí veio a pandemia e a gente não conseguiu fazer a segunda edição, que era voltada muito especialmente para a discussão dos povos, dessa nossa relação com os povos tradicionais da América Latina. Isso acabou acontecendo numa rede, a gente não teve o encontro. Naquele momento ali a gente tirou algumas prioridades e isso também está nesse relatório aqui e eu acho que é um destaque importante dessa articulação nacional e internacional, que envolve essas universidades, vários movimentos, no Chile, no México, das populações indígenas tradicionais desses países, que vieram muito organizados, com propostas concretas, e de várias áreas do Brasil também, e as instituições públicas. Então, tem a Fiocruz, tem as universidades, tem a UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], a UFF [Universidade Federal Fluminense] - a UFF Angra está muito forte nessa atuação - e instituições internacionais, em destaque a Universidade Nova de Lisboa e Coimbra, com o grupo do CES [Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra], com o professor Boaventura [de Sousa Santos] como umas das lideranças, a universidade de Paris 8, que é no *campus* novo. E com uma expectativa muito forte de a Fiocruz estar ocupando essa oficina lá como espaço formal de articulação.

SK – Nessas universidades, a interlocução se dá com grupos em que áreas? Pensando do ponto de vista disciplinar.

MM – Mais a área de Ciências Sociais, muito diretamente. Eu acho que essas do meio internacional, todas elas – o CES você conhece lá de Coimbra, sabe como é, em Paris 8 é com o departamento... Não chama nem departamento, é... Esqueci, mas é na área das ciências sociais, é nesse campo que está estruturado esse movimento. Eu acho que é um grande avanço, a gente pode explorar bem mais.

SK – E nas universidades brasileiras, você mencionou a UFF e a UFRJ, também nessa área?

MM – Também nessa área. A gente fez um grande encontro aqui, em 2020, se não me engano.

SK – Nessas universidades e nesses espaços acadêmicos, a área de saúde coletiva ou outras áreas para além de Ciências Sociais entram nisso ou não?

MM – Entram, entram sim. A gente, inclusive, convidou a ABRASCO [Associação Brasileira de Saúde Coletiva] também, seria o movimento seguinte, de ampliar mais aqui internamente. Entra sem dúvida, entra forte, porque, na verdade, foi a partir dessa articulação desses grupos, mas a perspectiva de ampliação já ganha espaço aqui com a gente na Fiocruz, aproximando com a ABRASCO. A gente já falou disso nesses outros espaços e esse movimento também da saúde coletiva é muito importante. É o momento dessa discussão mais forte. A gente está falando sobre saúde e ambiente integrados, como é que a gente traz isso nessa discussão da saúde coletiva de uma forma mais intensa, mais pragmática, mais programática com os desafios que estão colocados hoje. Eu vi lá que, por exemplo, esse movimento da saúde e agroecologia, a gente conseguiu um espaço no Abrasco – esse que foi na Fiocruz, o anterior, acho que foi o primeiro em que a gente teve um espaço, trouxe o pessoal para discutir o “bem viver” lá do Jaime Breilh com os grupos da ABRASCO. A gente fez uma grande mesa, foi superlegal, fomos vistos dentro

da programação principal. Acho que foi um marco ali, e a Fiocruz estava articulando isso junto com os nossos representantes na ABRASCO. Então acho que precisa ainda avançar muito de forma pragmática e programática, tem que refletir, inclusive, na questão curricular, na formação da discussão, o que a gente está falando, que é esse grande desafio hoje, essa articulação saúde e ambiente. O que é isso na prática, quando eu estou falando da formação, por exemplo? Quando eu estou falando que a gente, recentemente na ENSP, na pandemia, formou 1.000 sanitários pelo país, a gente está chamando esse “novo sanitário”. Qual é esse desafio que está colocado na prática? Foi legal ter essas experiências, porque agora aqui também já estou provocando vários debates em relação a esses desafios.

SK – Quais são os desafios, o que você destacaria?

MM – Esse “o que é”, porque tem uma tradição forte ainda, a gente está falando: “Como é que a gente vai fazer?” É a perspectiva que a gente discutiu muito no congresso, que chamamos dessa “promoção de saúde emancipatória”, que tem a ver muito com o “fazer com”. É a discussão lá do “bem viver” do Jaime Breilh e de outros. Mas isso, na prática, tem que ter uma mudança, uma visão menos fragmentada da formação. Eu acho que tem uma formação forte, quando você está falando da epidemiologia, que é fundamental, mas quando você parte para falar de saúde e ambiente na Fiocruz de forma integrada, tem várias discussões que acabam fragmentando, a gente tem que unir. Acho que a saúde coletiva deve trazer esse debate na perspectiva que a gente está colocando. Por exemplo, eu acho uma falsa polêmica ficar falando “one health” versus “saúde integral”. Acho que um grande avanço na nossa sociedade, que é um instrumento forte para fazer esse desafio avançar, da integração, é a política nacional de vigilância em saúde e a Fiocruz foi protagonista, a gente voltou para esse debate na 16ª [Conferência Nacional de Saúde]. Ela quase que não saiu do papel, ainda mais agora. Ali estão colocados desafios da formação, da integração entre vigilância ambiental, saúde do trabalhador, epidemiologia, com propostas concretas. A política entra em detalhes, ela é muito interessante, é um grande avanço. Isso vai se materializar por dentro dessa discussão, que hoje é um grande desafio. Não pode olhar mais de forma fragmentada; está tudo junto, mas como é que você articula isso? Para mim, se você se debruçar sobre a política de vigilância e colocar ela dentro das noções programáticas - a gente faz esse debate aqui na Escola -, para a ação do dia a dia: “Por que a gente não avançou aqui? Por que a gente não fez essa formação? Qual o grande desafio para isso? Por que o ambiente é olhado dessa forma, muito pelo lado biológico hoje ainda?” Se você pegar os currículos ... A gente fez um levantamento dos currículos nas nossas redes aqui da América Latina. A ENSP coordena as redes dos povos, é a secretaria executiva. Temos que fazer esse debate, eu acho.

SK – Para você a visibilidade, o fortalecimento da Fiocruz nessa conjuntura da pandemia, favorece o avanço desse debate? Em que medida isso acontece concretamente? Acha que essa atuação da Fiocruz muda, de alguma maneira, a percepção que as pessoas têm dessa relação entre saúde, ambiente e sociedade? Ou são processos que não necessariamente têm a ver? Porque também a gente não pode associar tudo também à pandemia.

MM – Sim, sim, mas acho que quando a gente viu o grande desafio que é o da comunicação da informação, em que a gente avançou bastante e a Fiocruz avançou muito, isso tem destaque. Quando você olha e consegue passar a mensagem do que é essa instituição como um todo, aí esse é um grande avanço, porque quando você está falando da vacina, não está falando também da saúde indígena? Está vendo que é a mesma

instituição, é esse olhar que a gente está falando. Então acho que quando a gente se coloca como uma instituição nacional, um sistema que tem todo esse processo por trás, começa a dar mais visibilidade para essa atuação que é única. Acho que isso ajuda nesse debate, ajuda, mas tem que ser junto. A gente tem feito isso, acho que é legal.

SK – Sim, muito importante esse ponto que você está trazendo. Eu vou te perguntar sobre outro assunto. Você mencionou o projeto LUCI. Como é?

MM – Deixa eu ver como eu escrevi aqui, deixa eu mostrar...

SK – Eu vou até pedir também para colocar o *link* aqui do relatório que você está mostrando.

MM – Te mandei.

SK – Ah, sim, L-U-C-I.

MM – Tem um pouco do histórico aqui, foi uma participação nossa na UNESCO e tal. Coimbra mais fortemente, Paris 8, e a Universidade Nova de Lisboa.

SK – Certo. Marquinho, vamos falar da área de educação. Vocês produziram notas técnicas em relação à questão do retorno às atividades presenciais nas escolas, que foi e continua sendo um debate central e, até diria, dramático, dos efeitos da pandemia sobre as pessoas. Como é que foi a atuação da VPAAPS nesse processo e na elaboração dessas notas técnicas, na veiculação dessas orientações para ação nesse assunto que foi e continua sendo de alguma maneira um assunto bastante polêmico e que despertou, inclusive, muitas tensões? Como é que você viu esse processo?

MM – É, inclusive internamente não foi fácil. Logicamente veio uma demanda muito por conta da nossa atuação aqui local no PSE, no Programa de Saúde da Escola, cobrando um posicionamento: “E aí, Fiocruz é para sair? Para, não para? Se fica, como é que fica?”. E aí não foi fácil, porque a gente teve que fazer uma reunião, falamos com a Cristiani [Vieira Machado], nossa vice-presidente, para a gente tentar organizar uma reunião interna, que envolvia ENSP, Escola Politécnica, a vice de educação e a Creche Fiocruz. Tem toda uma expertise ali, geração de conhecimento para esse tipo de referência. E, depois, para a gente ir para as demandas do PSE, das diretoras e diretores de escolas locais, a própria Secretaria de Educação. Mas foi, na verdade, muito difícil, muito difícil, porque como a gente não estava preparado para esse momento, tirar criança da escola no primeiro momento já é uma grande dificuldade. Porque é uma diversidade enorme, a gente está falando da Creche, a gente está falando da Escola Politécnica e está falando da pós-graduação ao mesmo tempo, com realidades completamente diferentes. Então depois a gente teve que focar, e aí a discussão do retorno às escolas ficou muito... A discussão sobre o programa da escola, a Patrícia Canto, pela VPAAPS, coordenou depois esse processo, desse grupo constituído pela presidente Nísia por uma portaria e começou a trabalhar trazendo as evidências científicas, trazendo outros atores da sociedade, do próprio movimento das escolas, de pais, e no diálogo com os epidemiologistas, com todos os outros atores importantes nessa avaliação. E a gente foi produzindo documentos que apontavam depois já para uma, que seria... A gente fez a crítica das crianças não estarem na escola por tudo o que representa, por exemplo, nos territórios, que é alimentação, é sociabilidade, é estar protegida, de uma certa forma, contra as violências que são

colocadas no território. Então não foi fácil, a gente colocou tudo isso, mas as decisões foram muito localizadas, depois que teve uma orientação mais geral de parar as escolas. A gente entrou num outro momento. Já que parou, o retorno só pode se dar se for assim, assado, com a participação da sociedade, dos movimentos. Acho que agora já está na quarta nota técnica, se não me engano, teve outras pequenas, mas acho que essa foi a quarta, que já fala agora do retorno e que já se posiciona muito fortemente. Olha, é um aprendizado que a gente tem de que a escola deve ser a última a parar e a primeira a voltar, então acho que a discussão avançou, mas não foi fácil no começo. Não era essa visão hegemônica inclusive na própria Fiocruz, falando especialmente aqui do *campus*, com visões e realidades completamente diferentes, com uma demanda, uma pressão de um trabalho que não pode parar, da fábrica. A Escola Politécnica falando de um aluno que tem uma realidade, que é do nosso vale-transporte, da garantia de alimentação. Conseguiu fazer isso durante um tempo. Não é a mesma escola que faz parte da discussão do PSE e que não tem isso para aquele aluno. Por outro lado, [eles] estão sujeitos a uma violência muito grande. Então juntar tudo isso na perspectiva de ter um grupo que pudesse produzir uma nota, a primeira nota – você pode recuperar aí, ficou bem no geral, a gente não conseguiu entrar em alguns pontos. Depois começamos a entrar, especialmente com o grupo que ficou aí trabalhando, a Patrícia, o André Perissé aqui, o Hermano [de Castro] e vários outros, que estão ainda à frente desse processo, que é como você falou, é um ponto central, o posicionamento da Fiocruz agora nessa articulação de garantir essa perspectiva. Você viu o que aconteceu com o Pedro II agora? E aí foi uma articulação de liderança dos estudantes, eu acho que é a questão mais importante aí de provocar esse debate, com posicionamentos nossos institucionais, do nosso GT-escola, que teve esse acúmulo desde a pandemia. A gente instituiu, através de portaria, que esse grupo se mantém para influenciar esse debate de hoje, porque teve um acúmulo institucional, teve uma ousadia institucional de articular e organizar esse grupo e fazer esse enfrentamento, que, como eu falei, não foi fácil, nem para dentro. Então destaco como uma questão importante, que teve isso dessa forma ampla, articulada e ancorada na portaria da presidente. É um posicionamento, se temos um grupo aqui, vamos trabalhar. Da forma de organizar o modelo, ter pensado, acho que é importante. E a própria história dos relatórios mostra como a gente foi evoluindo nesse posicionamento institucional.

SK – Só para registrar, você mencionou esse movimento recente agora por parte dos alunos do Colégio Pedro II, reivindicando a volta às aulas presenciais, que estão suspensas há dois anos, desde o início da pandemia. Agora, como é que é pensar, como você está dizendo, um processo muito difícil, a produção de uma orientação baseada, como você destacou, nas evidências científicas, epidemiológicas e ao mesmo tempo a pressão de vários grupos da sociedade que estão enfrentando esses desafios a partir de entendimentos muito diversos? O que você teria a falar, por exemplo, de pressões por parte de distintos entendimentos: “Volta”, “Não volta”. Você sentiu isso de alguma maneira?

MM – Ah, sim, porque o posicionamento da Fiocruz é o posicionamento da Fiocruz, então já nesse momento ganha destaque. É pelo *lockdown*, é um destaque, é pelo retorno... A gente começou a trabalhar, depois em determinado momento eu tive um debate aqui na Câmara dos Vereadores, com o vereador Professor Tarésio e ele liderou localmente aqui, a Câmara Municipal, essa comissão de educação que buscava também a articulação com a saúde. A gente foi para o debate lá: “O que vocês estão pensando? Como é que faz?”. Hoje é diferente, por conta do avanço da vacinação e tudo o mais. Na época, era assim: “Só dá para voltar se tiver isso, isso, isso”, uma série de questões que envolviam infraestrutura e aí já na perspectiva de prioridade da vacinação, não sei se você lembra o

debate, sobre quem vai vacinar primeiro, se professor entra ou não entra, a questão dos seus familiares, se o motorista do ônibus tem que entrar. Eram tantas condições que a gente tinha que colocar: “Só dá se for assim!”. “Ah, mas isso é fora da realidade”... Mas eu não posso falar outra coisa. Tinha os movimentos dos próprios professores, que é muito forte e importante, o próprio Sepe [Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro], a gente teve embate com o Sepe, porque tem que ter prioridade e tal. “Mas e o entregador ali, não vai ter?” É um conjunto de processos que a gente tem que discutir junto com movimentos, não só com os professores, mas com a sociedade, com os pais e tal.

SK – O Sepe, Sepe é o que? Desculpe.

MM – É o Sindicato da Educação.

SK – Ah, sim, Sindicato de Educação, está certo.

MM – Aí a gente poder fazer isso...

SK – Sindicato dos Professores, você está dizendo?

MM – Dos professores, é. De a gente poder avançar nisso, porque a nossa proposta central é que fizesse um movimento articulado com todos os envolvidos diretamente, para ouvir todos os lados. Isso não saiu do papel, porque: “Ah, se não tem isso, não temos condições”. Então tem o quadro epidemiológico, a ocupação de leitos, começamos a entrar e citar lá nos relatórios. Então quando a gente fez essa discussão também na Câmara dos Vereadores, teve muito isso, porque a apresentação ali é uma diversa, como é a sociedade, então tinha ali os vereadores com interesses estritamente econômico. E aí a Fiocruz: “é isso que eu estava dizendo, é isso mesmo”. Então tinha muita pressão.

SK – Quer parar um pouquinho para falar com ela? [Uma pessoa entra na sala onde está o depoente]

MM – Desculpe.

SK – Não tem problema, eu interrompo aqui.

[breve pausa na gravação]

SK – Marquinho, não vou abusar muito do seu tempo, a gente já pode, talvez, ir se encaminhando para o final, ainda que eu tenha dois temas importantes para te perguntar. Um é sobre a saúde do trabalhador, que é uma área importantíssima, eu queria que você falasse um pouco disso, das ações que foram planejadas no âmbito da VPAAPS para a saúde do trabalhador.

MM – Na verdade, foi uma atuação integrada com a COGEPE [Coordenação Geral de Gestão de Pessoas], com a Andréa da Luz. E com o NUST [Núcleo de Saúde do Trabalhador]. A gente trabalhou muito junto na definição e isso ligado ao nosso plano de contingência e depois ao plano de convivência, baseado também nos dados epidemiológicos, tudo isso, aquilo que a gente falou: “para fora e para dentro”. E hoje a gente ainda vive essa realidade, não é, Simone? São ambientes completamente diferentes,

você vê que na Escola, o vidro está blindado, isso aqui limita muito o retorno. Acho que a Fiocruz foi bastante avançada em vários pontos. Primeiro, em dar as condições para o trabalho remoto. Hoje, o teletrabalho, é o que as pessoas estão fazendo em casa hoje, na prática, é a IN [Instituição Normativa] ainda da pandemia. A Fiocruz foi muito, eu acho assim, enquanto gestão, de uma forma geral, orientação central, de acolher as demandas dos trabalhadores, inclusive na seção de equipamentos e dar outras condições. Fomos ousados, inclusive, na questão dos contratos, na terceirização, eu quero destacar isso, porque eu sei que foi difícil e que a gente fez. Agora, são muitos os problemas que se acentuaram na pandemia, a própria evidência do quadro de saúde dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, de comorbidades, a gente está em uma bolha, está refletindo o que é a sociedade. A média de idade do trabalhador aqui na ENSP também. Muitos se colocam, pela própria IN, numa condição de continuar no trabalho remoto, apesar de a gente precisar retomar algumas atividades. Então eu acho que a gente teve muitos avanços, reforçou o papel do Nust como coordenador dos processos de saúde do trabalhador na Fiocruz, mas, por outro lado, mostrou muitas fragilidades e não é à toa que isso foi um tema lá do congresso interno. A gente precisa avançar bastante ainda na nossa instituição, em especial, e aí o sindicato tem um papel importante nisso. As condições de vários ambientes nossos aqui, porque as instalações prediais colocam um grande desafio. O próprio avanço em relação à promoção de saúde. A retomada do Fiocruz Saudável nessa perspectiva é muito importante, então acho que a gente precisa ainda ter grandes debates na instituição, tem que avançar. E a saúde mental hoje, não tenho dúvida que é um grande problema, a gente não conseguiu ainda – não conseguiu porque a gente não quis, não, a gente ainda está na bolha, de novo isso. Mas saúde mental é um grande problema nosso ainda de saúde do trabalhador aqui na Fiocruz, precisa articular mais; teve algumas redes internas de apoio que se mantiveram durante a pandemia. Um destaque importante: a gente identificou isso logo como uma questão e foi articular uma rede para isso. Mas precisa ter uma ação mais forte, mais estruturada, eu acho que a Andréa está sensível a isso, todo o debate que teve no congresso já apontou e tem ali algumas diretrizes que a gente vai precisar olhar com mais urgência.

SK – É, e essa questão da saúde do trabalhador, agora, até por conta da vacinação, com o retorno em boa parte das atividades presenciais, assume uma outra dimensão, novos desafios, como você está dizendo, nessa nova fase agora, a despeito de variantes e conjunturas distintas. Marquinho, eu queria talvez ir para uma última questão e depois também ouvir se você quer complementar com alguma coisa. Você falou bastante dos vários eixos da VPAAPS, dos pilares que constituem a missão desta vice-presidência. Qual aprendizado, qual legado fica a partir da experiência da Fiocruz na pandemia, no que diz respeito ao modelo de atenção primária básica em saúde e à possibilidade de contribuição e de ação da Fiocruz nessa área e nessa conjuntura tão difícil? Você acha, por exemplo, que a credibilidade, a visibilidade, a força que a Fiocruz assumiu nessa conjuntura pode impactar de alguma maneira o debate sobre atenção em saúde nesse momento tão difícil da conjuntura política? Inclusive numa discussão até mais ampla sobre determinantes sociais da saúde.

MM – Eu acho que a gente pode ajudar sim, pode e deve fazer junto, porque é isso que você falou, os desafios são muito grandes para essa conjuntura e há o desmonte por dentro, e a atenção primária, a atenção básica em saúde está sendo desmontada, desde a revisão do financiamento que aconteceu lá atrás. A gente fez um grande movimento aqui na Fiocruz com o Cuida Brasil. Mas, com a criação da agência da atenção primária, o desmonte está dado. Essa realidade é muito forte, a gente precisa trazer esse debate nas

nossas reuniões lá com o CONASS, com o Conasems, e isso já está sendo colocado, com o Conselho Nacional de Saúde, por que qual é a saída? O financiamento está cada vez mais escasso, você viu os cortes que estão programados para o orçamento para a saúde? A privatização por dentro já tem os aparatos legais, entre aspas, para isso. Como a gente vai fazer esse enfrentamento? A Fiocruz tem um papel importante, sim, essa atuação na pandemia, de uma forma muito organizada junto com os movimentos locais, sociais e os trabalhadores e trabalhadoras da ponta, os agentes comunitários de saúde, agentes de vigilância, foi muito importante. Foi uma marca que eu vi na nossa atuação. Se você pegar os relatórios – eu falei daquele encontro que a gente organizou lá no Ceará, em Brasília, aqui no Rio – foi muito marcante a nossa atuação direta com os agentes comunitários de saúde, na perspectiva da importância deles para todo o sistema de saúde. Mas a capacidade que pode ter de mobilização, inclusive na perspectiva da discussão das políticas públicas locais, que elegem um, elegem outro. A importância desse movimento, olhar esses trabalhadores. Aqui no Rio de Janeiro houve até um avanço, mas hoje tem um movimento nacional para o aumento salarial que foi dado para essa categoria em especial. Isso é fruto de movimento, e a gente tem um movimento importante crescente da carreira do SUS, mas que começa por algumas categorias. Então, acho que o movimento com os agentes comunitários de saúde é uma ação estratégica muito importante. A gente também trabalhou muito com isso na 16ª conferência e um grande desafio que foi colocado, inclusive, pelo Fernando Pigatto, na abertura do congresso interno, é já pensar como é que a gente vai fazer a pré-conferência da 17ª [Conferência Nacional de Saúde] nesse contexto. Isso passa pelo movimento dos territórios, e passa pelo movimento do resgate ou de avanço ou da resistência que a gente precisa ter nesse momento com a atenção primária, seja na estruturação e no avanço dos agentes comunitários, seja numa busca dos financiamentos, que precisam ser desviados dessa captura que vai ser agora da privatização. A Fiocruz tem um papel muito forte de entrar nessa disputa mesmo, acho que a gente vai ter que entrar na disputa, essa é uma grande questão. Antes a gente tinha uma relação muito direta com o Ministério, Fiocruz, universidades. Vamos fazer a formação agora, quando você abre o edital e pode colocar qualquer coisa, eu acho que isso tem que ser mais forte ainda, tem que entrar nessa disputa e tem que ter uma articulação com os movimentos, é fundamental, todos os movimentos. Tem movimento lá dos prefeitos, tem movimento do Conass e Conasems, mas tem que entrar para outros espaços, como o próprio movimento da educação, a gente precisa dialogar direto, discutir estratégias com os outros movimentos que não são só da saúde, para poder fazer esse enfrentamento que está colocado aí. A saúde ganhou esse destaque. Mas a gente vai ter que ter uma articulação maior dos movimentos de outras áreas. E a Fiocruz tem essa visão e tem essa prática, então a gente pode contribuir bastante no processo.

SK – Sobretudo durante a vacinação, a gente viu muito na mídia, nas redes sociais, em geral, as pessoas muito orgulhosas do SUS, muitas delas se vacinando com cartazes de “viva o SUS”. Você acha que essa visão do SUS que surge com a pandemia faz com que a população tenha maior consciência dessa dimensão concreta do SUS, que diz respeito, por exemplo, à atenção básica e primária? Ou não? Você acha que aumenta a valorização da importância de se investir na atenção primária? Do ponto de vista inclusive de atores econômicos, que percebem que sem a saúde a economia não funciona. Como é que você vê essa questão?

MM – Eu acho que tem essa percepção sim, uma visão do “público”, de uma assistência que atenda à população de uma forma geral, de um sistema universal e público. Mas eu acho que também, Simone, tem uma visão e uma realidade que se impõem. Eu acho que

a gente avançou muito nessa percepção do público e tal, mas, por exemplo, vou falar aqui do local. É importante ter uma atenção primária? “É fundamental, eu quero aquele agente comunitário lá”. “Ok, já entendi”. Mas quando chega, por exemplo, na forma: “A OSS [Organização Social de Saúde] é menos importante do que a contratação via Fiocruz ou não?” “Eu quero é que me atenda”. Então é essa visão do que é ser público, de que tem que defender uma política pública, de que é um sistema e que por hora pode dar conta dessa realidade aqui, foi isso que a gente fez. A gente expandiu no Rio de Janeiro, por exemplo, a cobertura da atenção primária para quase 80%. Mas não sustentou por quê? Porque não era poder do público, veio outro governo e desmantelou tudo. Não é que eu não quero ter uma atenção primária. A atenção primária é importante? É. Vamos prestar atenção na atenção primária? Vamos. Vamos contratar não sei quantas pessoas? Vamos. Agora, a forma... Ah, não interessa a forma. Lógico que a forma aí é conteúdo, a forma aí é política, para fazer esse debate ainda precisa avançar bastante, porque gasta bastante. Tem lá muitos recursos, estou falando do município. Mas se amanhã tiver uma outra direcionalidade, desmonta, porque não tem sustentabilidade por dentro, do que a gente acha que tem que ser o público, compromissos, responsabilidades. Mas também tem certos direitos que precisam ser respeitados para você poder avançar, essa percepção eu acho que ainda não está muito clara.

SK – Quer dizer, o que você está dizendo, confirma se o meu entendimento está correto, é que essa valorização da atenção primária, sobretudo nessa conjuntura, não necessariamente está associada à valorização do público?

MM – Eu estou entendendo que essa é a percepção, porque a realidade se impõe para alguns e para a população de uma forma geral. E a gente pode cada vez mais mostrar isso. Que tem que ser por dentro, tem que ser pelo sistema público, isso implica em uma discussão da política pública. Qual é a política de carreira para o SUS, por exemplo? É a grande colocação que foi defendida na 16ª [Conferência Nacional de Saúde] e que a gente não conseguiu avançar. As pessoas defendem isso? Como uma questão central, por exemplo, de uma atenção primária que atenda à realidade de cada local, que valorize a Estratégia Saúde da Família? A gente não conseguiu avançar com esse debate ainda. Mas a ideia de que tem uma atenção primária para ele ali forte, que a atenção primária ganhou destaque, principalmente agora nessa outra fase da pandemia, acho que foi um avanço sim, e a gente precisa priorizar e avançar mais.

SK – Marquinho, não sei se você quer complementar com alguma coisa, mas a minha pergunta final seria como é que você vê o ano de 2022 e agora, a partir desse lugar de diretor da ENSP, uma unidade tão importante na Fiocruz, como é que você vê para a frente os desafios, inclusive do ponto de vista das dificuldades? O que a gente precisa enfrentar no cenário da saúde do SUS e do ponto de vista da sociedade de modo mais geral? Como é que você vê o futuro?

MM – Simone, a gente participou ativamente do congresso interno, você também apoiou aí direto, eu acho que aquela Carta à Sociedade que a Fiocruz colocou, acho que já diz tudo ali. Em primeiro lugar, a gente vai ter que defender, nesse país, nesse momento, nesse ano em especial, a democracia, em toda a sua essência. Defender as instituições públicas é defender a democracia, defender que a saúde tenha essa perspectiva de direitos humanos, ampla, é defender a democracia desse país. Acho que o primeiro ponto é esse, o nosso papel enquanto cidadão, cidadã, e, de uma forma mais ampla, enquanto agente público comprometido com a saúde da população. Tem os desafios internos também, que

é a gente garantir e avançar na Fiocruz como uma instituição pública estratégica do Estado, que é uma coisa muito importante. E, mais especialmente, falando da ENSP, é o que eu estava te falando, a gente formou mais de mil sanitaristas nessa pandemia, nesse último ano. Agora precisa avançar nessa discussão sobre o que é esse novo sanitarista que a gente está falando. A gente fez uma discussão aqui com as redes da América Latina e a gente estava discutindo também como isso está nas Américas. A nossa região foi muito castigada pela pandemia e todo mundo sabe já os dados das desigualdades, que também são no campo de educação, o distanciamento ficou muito grande mesmo na pós-graduação, por conta do acesso, por conta do desemprego, por conta da fome de uma forma geral. Então a gente precisa resgatar o papel estratégico de se abrir também para outras realidades que a gente não via antes, para fazer essa inclusão, para fazer a disputa contra a privatização do sistema. É uma mudança inclusive de perspectiva de atuação tática, a gente vai precisar avançar nisso, no coletivo, como eu falei, vamos disputar o edital, isso é simbólico. É uma mudança de visão de que a gente precisa disputar. E fazer esse debate com a sociedade de uma forma mais ampla. Eu lembro o que a gente fez lá no começo da outra gestão, junto com a presidente Nísia, aquela Carta de Manguinhos junto com a SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência]. A gente precisa resgatar o processo da Carta de Manguinhos, ter a Fiocruz articulada com outros movimentos, dizendo o que a gente fez aqui no aniversário da ENSP. Não sei se você conseguiu acompanhar ali, mas está lá no site, que a gente botou: “Que país será esse? Construindo e reconstruindo agendas e trajetórias”. Então por trás desse *slogan*, dessa chamada, era um pouco esse desafio que a gente queria colocar. Mesmo que tenha uma mudança, que eu espero e vou lutar muito para isso, de direcionalidade da política, do governo do nosso país, a gente vai precisar reconstruir muita coisa, a gente vai precisar reconstruir logo. Então nesse processo de construir e reconstruir, a gente também tem de resgatar alguns processos que foram muito desgastados, até mesmo com a sociedade. O grande desafio da formação desse novo sanitarismo, essa articulação com a sociedade. Porque a gente consegue falar com a sociedade, mas temos que ampliar essa fala para outros setores da sociedade, que ficam ainda ali no meio de campo, e que pode ser uma coisa de manter algum nicho político ou de resistência. A própria economia já está mostrando isso, a gente está no buraco. Não apenas pelo índice de desemprego, mas pela perspectiva de crescimento mesmo, que está comprometendo lá para frente. A Fiocruz sempre se colocou e a ENSP sempre se colocou dessa forma muito evidente, muito crítica, na sociedade nesses momentos, por exemplo, dos processos eleitorais, dizendo que modelo de sociedade a gente acha que deve seguir. Então esse é um grande desafio, temos que fazer isso, temos que fazer esse diálogo e temos que dizer para a sociedade de uma forma geral o que a gente acha que foi o legado dos 121 anos de uma instituição, que a gente acha que deve seguir por aqui. Tem que falar claramente isso e eu acho que a gente vai fazer isso, estamos fazendo. Não vai ser fácil, porque a autonomia para poder fazer essa crítica não vai ser fácil.

SK – É muito desafio mesmo pela frente. Você falou desse novo sanitarista, quem é esse novo sanitarista, o que você espera dele nesse cenário?

MM – É isso que a gente vai fazer, o grande debate aqui, depois até te passo, mas é isso que eu estava falando. Essa relação com a saúde e o ambiente de uma forma geral, como é que isso se dá, qual é esse diálogo, esse novo sanitarista também dialoga com... Algumas políticas institucionais já colocam esse desafio, a política de educação e informação da Fiocruz colocou grandes desafios que tem a ver com essa formação, propostas dessa formação muito claras ali, mas também da própria divulgação científica, da nossa política

de divulgação científica. Esse novo sanitarista, como ele tem que falar de ciência e de prática para dialogar com essa sociedade? É daqui para lá, só, sempre? Esse é um grande desafio que eu acho que a gente vai precisar colocar, tentar; já está fazendo, mas tem que pensar estrategicamente e taticamente, porque a gente está falando aqui na ENSP que esse ano é um ano de transição. A gente vai ter que falar disso, pensar em avanços que não acontecerão, porque não tem como, não tem como, está dado aí. Com o Cuida Brasil, essa política aí que entrou, vai enfrentar lá, aí vem outra, vai enfrentar aqui, aí fica difícil. Muita gente se aposentando e é muito da questão da gestão das pessoas, vai ser muito difícil, mas eu acho que a gente vai ter que definir algumas prioridades. Eu acho que é esse enfrentamento dessa formação, porque quando você faz isso, você também mobiliza essa visão mais ampla. E sair com alguma proposta que a gente consiga nessa articulação com as universidades, principalmente.

SK – O novo sanitarista então vai ter que ser também um divulgador da ciência, é isso, Marquinho?

MM – Eu acho, acho que isso é um grande desafio.

SK – Atuar nessa área, não é? De mediação, de divulgação, no sentido mais amplo, de relação com a sociedade.

MM – Se você pegar nossa política lá, você conhece muito bem, ela coloca alguns desafios que vão no campo também do que é formação. Eu não estou falando de qualquer pessoa, eu estou falando de uma pessoa que é formada pela Fiocruz, eu estou falando de uma discussão da saúde coletiva, que é o sanitarismo. Como é que está essa discussão curricular? A gente não conseguiu avançar nesse debate mais amplo, porque a universidade é pública, fico pensando também...

SK – Está certo, Marquinho, você quer complementar com alguma coisa, fazer alguma consideração final para a gente encerrar aqui a nossa conversa? Que foi muito boa, trouxe questões muitíssimo interessantes.

MM – Eu acho que esses nossos movimentos da Fiocruz, inclusive com esse projeto e essa atuação de vocês, são muito importantes para a gente ir fazendo essa resistência, essa resiliência. Mas acho que a questão mais importante nesse momento realmente é valorizar esse processo da democracia interna na Fiocruz. Além da unidade política institucional, e, sem dúvidas, a nossa presidente teve um papel fundamental nesse processo, em que a gente consolidou, recuperou a nossa unidade institucional. Isso para mim é fundamental e a gente tem que, nesse momento, valorizar demais isso, foi uma entrega muito grande, pessoal, eu sei disso. Todo o nosso movimento interno, do nosso conselho deliberativo, de ter realizado as eleições, a gente realizou a eleição da ENSP, acabamos agora em janeiro a eleição dos departamentos, então um novo CD está iniciando agora e a gente vai fazer um CD de integração aqui também para poder trazer esse debate para os novos conselheiros e conselheiras aqui da ENSP. Então acho que a democracia interna da sua forma mais forte nos processos e discussões coletivas, câmara técnica discutindo congresso interno, aprovando a proposta para o congresso interno, então tudo isso vai se revigorando e a gente vai precisar ter muita criatividade também para se colocar como instituição estratégica do Estado. Acho que a gente tem tudo para isso, mas certamente a Fiocruz não está numa bolha e isso a gente vai precisar enfrentar e por isso a valorização muito grande dos processos democráticos internos para a gente atravessar, como falou o

Rivaldo, falaram outros companheiros nossos aqui, para atravessar esse processo aí. Quero parabenizar vocês por esse trabalho, que é fundamental, já falei isso e acho que é muito importante o resgate, essa memória e é para ação também, é para ação. É um processo que está se retomando e botar na prática.

SK – É, sem dúvida, a dimensão da memória, da história, que constituem a missão da Casa de Oswaldo Cruz, estivemos sempre integrados à instituição e também pensando esses desafios a partir do nosso próprio lugar, na integração, como você disse, nesse sistema Fiocruz que se fortaleceu tanto nesse processo. Marquinho, eu te agradeço muito a entrevista, a colaboração com nosso projeto. Muito obrigada, ficamos em contato, está bem?

MM – Está OK, muito obrigado, Simone, bom estar aqui com você, estou à disposição e vamos seguir em frente aqui. Quero agradecer também ao Thiago.

TL – Eu que agradeço.

SK – Obrigada, vou parar aqui a gravação.